

ESP-FUND.INST. TERRAS JOSE G. DA SILVA ITESP

Edital 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	131101-ESP-FUND.INST. TERRAS JOSE G. DA SILVA ITESP	PRISCILLA SAYURI OKADO	29/04/2026 12:41 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	70/2026	163.00000766/2026-97

1. .

PREGÃO ELETRÔNICO

90009/2026

CONTRATANTE (UASG)

131101

OBJETO

Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado para a sede da Fundação ITESP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 264.017,70

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/05/2026 às 10h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. DO OBJETO.. 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.. 4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.. 6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 9
7. DA FASE DE JULGAMENTO.. 13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.. 17
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 19
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 20
11. DOS RECURSOS. 21
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 21
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.. 25
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 25

FUNDAÇÃO ITESP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

(Processo Administrativo nº 163.00000766/2026-97)

Torna-se público que a FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA, por meio do(a) Grupo de Licitações e Contratos, da Gerência Administrativa, da Diretoria Adjunta de Administração e Finanças, sediado(a) Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 554 – Bela Vista – São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado para a sede da Fundação ITESP, enquadrando-se como serviços comuns contínuos, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, e não definidos como serviços de engenharia., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2 A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3 A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4 Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5 Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1 Nesta licitação, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9 aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1 A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8 O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9 No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11 Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1 Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1 Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2 Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3 Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4 Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5 Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6 O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor mensal e total estimado do item;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6 As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1 Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2 Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10 O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).
- 6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2 Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3 No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4 Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18 Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5 Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2 empresas brasileiras;

6.19.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3 Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4 Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21 Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5 Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6 Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7 Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2 Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1 Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2 Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8 Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10 Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1 O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2 Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3 Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1 Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1 A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1 Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16 A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10.1 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico pokado@itesp.sp.gov.br; scoutinho@itesp.sp.gov.br; wilsonlima@sp.gov.br

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2 Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1 A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6 Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10 A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12 As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13 Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18 Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): pokado@itesp.sp.gov.br; scoutinho@itesp.sp.gov.br; wilsonlima@sp.gov.br

13.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4 A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1 As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet www.compras.gov.br; www.itesp.sp.gov.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6 A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7 A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1 Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2 A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1 Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2 Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3 Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4 Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5 Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1 a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2 a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.1.5.3 a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no CRT (Conselho Regional de Técnicos Industriais) competente, com o visto do CREA/SP ou do CRT, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1 O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2 O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3 Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4 Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7 As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8 Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11 No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1 As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12 Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13 Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.itesp.sp.gov.br.

14.15 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1 ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1 Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.16.3 ANEXO III – Portaria ITESP nº 013/2024;

14.16.4 ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.16.5 ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.16.6 ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia;

14.16.7 ANEXO VII – Planilha orçamentária.

São Paulo, na data da assinatura digital.

RAMON HENRIQUE BENVINDO DA SILVA

Diretor Adjunto de Administração e Finanças

Autoridade Competente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 14 deste Edital).

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Vide o arquivo específico em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 14 deste Edital).

ANEXO III

PORTARIA ITESP Nº13/2024

Regulamenta a aplicação de multas pelo não cumprimento, cumprimento irregular de ajustes, ou atraso injustificado no fornecimento de materiais, execução de serviços e obras, por parte de licitantes, adjudicatários ou contratados, no âmbito da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

O Diretor Executivo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP, no uso de suas atribuições legais;

Considerando as alterações impostas pela Lei nº 14.133, de 2021, e a consequente necessidade de regulamentar a aplicação de multas pelo não cumprimento, cumprimento irregular de ajustes, bem como a recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente, além do atraso injustificado no fornecimento de materiais, execução de serviços e obras, por parte de licitantes, adjudicatários ou contratados, no âmbito desta Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP;

Considerando que, tanto a multa de mora por atraso injustificado e recusa, como a decorrente de não cumprimento ou cumprimento irregular de ajustes, deve ser aplicada na forma prevista no instrumento convocatório;

Resolve:

Artigo 1º - Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 162, da Lei Federal 14.133/2021, poderá a Diretoria Adjunta de Administração e Finanças da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP aplicar ao contratado, pena de multa pelo não cumprimento e cumprimento irregular, ou por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, a ser calculada com base no disposto na presente Portaria.

Parágrafo Único - A publicidade das sanções aplicadas nos termos desta Portaria observará o disposto no Decreto Estadual nº 61.751, de 23 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas, denominado e-Sanções.

Artigo 2º - Pela recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP, será aplicada ao adjudicatário multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da compra, serviço ou obra, reajustado até a data da aplicação da penalidade, ou multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para o mesmo objeto.

Parágrafo Único - Se a recusa for motivada em fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a multa poderá ser relevada por ato fundamentado do Diretor Adjunto de Administração e Finanças da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP.

Artigo 3º - Pelo não cumprimento do ajuste ou sua inexecução total, será aplicada ao contratado multa compensatória de 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, reajustado até a data da aplicação da penalidade, ou multa compensatória no valor correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para o mesmo objeto.

Artigo 4º - Pelo cumprimento irregular do ajuste ou sua inexecução parcial, será aplicada ao contratado multa compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) calculada sobre o valor dos materiais não entregues, dos serviços ou obras não executados, ou multa compensatória no valor correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para o mesmo objeto.

§1º - Sem prejuízo do que consta no artigo 4º desta Portaria, considera-se cumprimento irregular o inadimplemento de cláusula essencial do contrato que comprometa a obtenção do seu objeto.

§2º - Pelo cumprimento irregular do ajuste ou sua inexecução parcial do qual decorrer grave dano à Administração ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, nos termos do art. 155, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021, a penalidade do caput será obrigatoriamente combinada com aquela determinada no art. 156, inciso III da Lei nº 14.133, de 2021, conforme disposto no §4º do mesmo artigo, sem prejuízo da indenização devida pelos danos efetivamente causados pelo contratado e apurados pela Administração em procedimento administrativo.

Artigo 5º - Sem prejuízo das demais sanções legais, inclusive a rescisão administrativa do contrato, conforme a Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 162 caput e parágrafo único, pelo descumprimento injustificado de prazos fixados no instrumento convocatório, no contrato ou em instrumentos equivalentes, cujo objeto consista na entrega de materiais, na execução de etapas ou conclusão de obras determinadas, ou na prestação de serviços, serão aplicadas as seguintes multas moratórias à CONTRATADA, que incidirão sobre o valor da(s) obrigação(ões) em mora, atualizada(s):

a) atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2%, por dia de atraso;

b) atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,3% por dia, desde o primeiro dia de atraso.

§ 1º - Salvo motivo de caso fortuito ou força maior, superveniente e devidamente justificado, na ocorrência da inexecução parcial ou total do objeto do contrato, sem prejuízo de outras penalidades, será aplicada, sob exclusivo critério da Administração, uma das seguintes sanções pecuniárias de natureza compensatória, cujo valor poderá ser cumulado com outras multas moratórias que possam ter sido aplicadas:

a) multa, conforme prevista nos artigos 3º e 4º desta Portaria, ou

b) pagamento correspondente à diferença de preço do licitante classificado na sequência, ou decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

§ 2º - Se o material entregue não for aceito pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP, o contratado deverá substituí-lo no prazo máximo de 05 dias úteis a contar da data da recusa, sendo o contratado considerado em atraso a partir do dia útil subsequente ao término desse prazo.

Artigo 6º - Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial do contrato ou mora no adimplemento, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total faturado mensalmente pelo contratado, correspondente ao mês da ocorrência do ato ou fato irregular.

§ 1º - As obrigações às quais se refere o ‘caput’ deste artigo são aquelas que não comprometem diretamente o objeto principal do contrato, mas que ferem critérios e condições nele explicitamente previstos.

§ 2º - Caberá à Diretoria de Administração e Finanças, frente a anterior manifestação do Gestor do contrato, analisar mediante ato fundamentado, o ato ou fato irregular, classificando-o como inexecução total ou inexecução parcial, ou mero descumprimento de outras obrigações.

Artigo 7º - As multas previstas nesta Portaria serão calculadas pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Recusa Injustificada - multa de 20%

$M = [TX1 \times VTCSO]$

II - Inexecução Parcial - multa de 25%

$M = [TX2 \times SD]$

III - Inexecução Total - multa de 30%

$$M = [TX3 \times VTCI]$$

IV - Atraso até 30 dias - multa de 0,2%

$$M = [TX4 \times (DA \times SD)]$$

V - Atraso superior a 30 dias - multa de 0,3%

$$M = [TX5 \times (DA \times SD)]$$

VI - Descumprimento de condições de execução contratual - multa de 2%

$$M = [TX6 \times VM]$$

Sendo:

M = multa

TX1 = 20%

TX2 = 25%

TX3 = 30%

TX4 = 0,2%

TX5 = 0,3%

TX6 = 2%

DA = dias de atraso

SD = saldo devedor

VM = valor mensal do contrato

VTCO = valor total da compra, serviço ou obra

VTCI = valor total do contrato ou instrumento

Artigo 8º - A contagem dos prazos de entrega ou de execução será feita em dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente à data estabelecida no contrato ou instrumento equivalente, configurando-se o atraso a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento deste prazo.

§ 1º - Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP.

§ 2º - Será considerada como entrega imediata aquela que ocorrer em até 3 (três) dias, contados na forma deste artigo.

Artigo 9º - Na ocorrência de fato que dê ensejo à aplicação de qualquer das multas previstas nesta Portaria, a Diretoria Adjunta de Administração e Finanças notificará a CONTRATADA, consignando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa prévia. Decorrido tal prazo, com ou sem apresentação de defesa, em se tendo decidido pela aplicação da sanção, a decisão ser-lhe-á notificada expressamente, consignando-lhe prazo para recurso, conforme artigo 11, caput, desta Portaria.

§1º - Com ou sem a apresentação de recurso, a decisão, se mantida, será notificada à CONTRATADA, informando-a que a importância correspondente à multa aplicada será descontada do pagamento eventualmente devido pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP e que, se insuficiente, o complemento será descontado da garantia que possa ter sido prestada por força do contrato ou do instrumento

equivalente.

§2º - Caso não exista pagamento devido e/ou garantia prestada que comportem o desconto total do valor da multa aplicada e eventuais danos apurados em regular procedimento administrativo, a mesma notificação deverá consignar prazo para que a CONTRATADA pague a importância que couber, sob pena de encaminhamento do procedimento às medidas judiciais pertinentes.

§3º - Se a multa aplicada e/ou o valor dos danos causados e apurados for superior ao valor do primeiro pagamento, antes de se proceder incidência sobre eventual garantia prestada, o excedente será descontado do pagamento seguinte e assim sucessivamente.

Artigo 10 - Constatado o descumprimento das obrigações previstas nos artigos 2º, 3º e 4º desta Portaria - constatação que caberá ser feita pela Gerência Administrativa, ou pelas Diretorias Adjuntas, ou pelos Gestores de Contratos, conforme o caso – a CONTRATADA será notificada, expressamente quanto ao fato, pela Diretoria Adjunta de Administração e Finanças, que apontará, além de eventual aplicação de multa, as demais sanções cabíveis, assim como os dispositivos do instrumento convocatório, do contrato ou de instrumentos equivalentes que contenham sua previsão e sua graduação (Lei Federal nº 14.133, art. 156, inciso II).

§1º - Da notificação deverá constar prazo para eventual defesa, o qual será de 15 (quinze) dias úteis, a contar do dia subsequente ao recebimento da notificação.

§2º - As defesas prévias apresentadas serão analisados pela Advocacia e Consultoria Jurídica da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP e instruídas, quando necessário, de manifestações das diretorias, gerências envolvidas ou gestores de contratos.

§3º - O Diretor Adjunto de Administração e Finanças, mediante decisão fundamentada e publicada no Diário Oficial do Estado, aplicará ou relevará a multa, devendo a CONTRATADA ser notificada da decisão nos termos do artigo 166 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Artigo 11 - Da decisão que aplicar a penalidade, nos termos do art. 10, cabe recurso ao Diretor Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação ou da lavratura da ata.

§1º - O recurso de que trata este artigo será dirigido ao titular da Diretoria Adjunta de Administração e Finanças, que pode reconsiderar a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, de forma motivada.

§2º - Se o titular Diretoria Adjunta de Administração e Finanças mantiver sua decisão, encaminhará o recurso com sua motivação à Diretoria Executiva, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§3º - Os recursos interpostos serão analisados pela Advocacia e Consultoria Jurídica da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP e instruídas, quando necessário, de manifestações das diretorias, gerências envolvidas ou gestores de contratos, cabendo ao Diretor Executivo, nos termos do parágrafo único do artigo 166 da Lei Federal nº 14.133/21, decidir quanto à manutenção ou a reforma da decisão.

Artigo 12 - Após decisão final fundamentada e publicada no Diário Oficial do Estado, da qual não caiba mais recurso no âmbito administrativo, a CONTRATADA deverá, se o caso, efetuar o recolhimento do valor da penalidade de multa aplicada, devidamente atualizado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data da publicação.

§1º - Serão aplicados juros moratórios de 0,5% ao mês às multas não recolhidas até o vencimento.

§2º - Se o pagamento da multa imposta ao contratado não for efetuado extrajudicialmente, dentro do prazo de 30 dias contados da data da publicação no Diário Oficial do Estado, sua cobrança será efetuada judicialmente, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 13 - As multas previstas nesta Portaria poderão ser aplicadas conjuntamente com as sanções estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo da rescisão unilateral do ajuste.

Parágrafo Único - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a aplicação de outras e, a aplicação da multa prevista no artigo 5º, caput, alíneas “a” e “b”, de natureza moratória, não impede a aplicação da multa de natureza compensatória prevista nos artigos 3º e 4º desta Portaria.

Artigo 14 - Esta Portaria deverá ser mencionada em todos os instrumentos convocatórios, contratuais ou equivalentes, inclusive nos casos de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, que tenham por objeto o fornecimento de materiais, obras ou serviços; e suas disposições deverão ser transcritas nos campos apropriados de tais instrumentos.

Parágrafo único. Nos instrumentos mencionados no caput deverão constar a informação de que esta Portaria se encontra disponível no endereço eletrônico www.itesp.sp.gov.br/licitacao.

Artigo 15 - Os casos não previstos nesta Portaria serão resolvidos pela Diretoria Executiva da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP.

Parágrafo Único - Fica revogada a Portaria Itesp nº 003, de 11 de fevereiro de 2011, ressalvados os efeitos de suas disposições sobre os contratos firmados sob a égide da Lei nº 8.666/1993, conforme normas federais e estaduais publicadas na transição dos regimes licitatórios.

Artigo 16 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 05 de março de 2024.

LUCAS FRANÇA BRESSANIN

Diretor Executivo

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

Item	Item BEC	Descrição	UF	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	219479	Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado	mês	15	R\$	R\$

Validade da proposta: 60(sessenta) dias

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI.1

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.3

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Valor Total

Item						
01	219479	Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado	mês	15	R\$ 17.601,18	R\$ 264.017,70

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAMON HENRIQUE BENVINDO DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 12:41:37.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP131101_000023_2026.pdf (141.86 KB)
- Anexo II - tr ar condicionado.pdf (346.7 KB)
- Anexo III - 163.00000766 2026-97 - Pregao -Manutencao de aparelhos de ar condicionado.pdf (401.96 KB)

ESP-FUND.INST. TERRAS JOSE G. DA SILVA ITESP

Estudo Técnico Preliminar 23/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 163.00000766/2026-97

2. Detalhamento

Serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado para a sede

3. Descrição da necessidade

A necessidade identificada está diretamente relacionada à garantia da adequada climatização dos ambientes internos da instituição, assegurando condições ambientais adequadas para o desenvolvimento das atividades institucionais e bem-estar tanto dos usuários quanto dos colaboradores. A presença de aparelhos de ar condicionado em funcionamento adequado é fundamental para a manutenção do conforto térmico, a preservação de equipamentos sensíveis e a criação de um ambiente saudável, contribuindo para o desempenho das funções institucionais e para a saúde pública.

Descrição Detalhada da Necessidade

A demanda surgiu da necessidade de assegurar o pleno funcionamento de sistemas de climatização instalados nas dependências da instituição. A ausência ou ineficiência destes sistemas pode acarretar desconforto, prejuízos operacionais e riscos à saúde dos ocupantes. Com base nisso, foram consideradas as seguintes necessidades:

- Realização de manutenção preventiva para impedir defeitos e prolongar a vida útil dos aparelhos de ar condicionado.
- Execução de manutenção corretiva de modo a restabelecer prontamente o funcionamento dos aparelhos em caso de falhas ou avarias.
- Elaboração e implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), conforme exigências legais, para garantir a qualidade do ar interior e o correto funcionamento dos sistemas de climatização.

Demandas Geradas

Em função destas necessidades, houve a geração da seguinte demanda institucional:

Produto	Descrição
Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado, com elaboração e implantação do PMOC	Serviços técnicos especializados para garantir o funcionamento contínuo e eficiente dos sistemas de climatização, incluindo a elaboração e implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), visando atender às demandas institucionais,

	promover ambientes adequados ao interesse público e assegurar a qualidade do ar interior.
--	---

Desta forma, a satisfação dessas necessidades está relacionada diretamente ao interesse público, pois contribui para a integridade das instalações, a saúde dos usuários e o bom desempenho das atividades desenvolvidas na instituição.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
04547792836	Eleni Olibeira Luz dos Anjos
25409516869	Gabriela do Nascimento Rodrigues

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para garantir o atendimento adequado à necessidade identificada de climatização dos ambientes internos da instituição, é fundamental considerar um conjunto de requisitos essenciais, pautados na legislação vigente e nas melhores práticas. Estes requisitos visam assegurar o funcionamento correto e contínuo dos sistemas de ar condicionado, promovendo o conforto térmico, a preservação dos equipamentos e a qualidade do ar, com respeito aos princípios do interesse público, eficiência, sustentabilidade e competitividade.

Requisitos necessários para atendimento da necessidade

- **Manutenção Preventiva:** Realização periódica de manutenção preventiva em todos os aparelhos de ar condicionado, conforme recomendações dos fabricantes e normas técnicas, visando prevenir falhas, prolongar a vida útil dos equipamentos e reduzir a necessidade de intervenções corretivas.
- **Manutenção Corretiva:** Execução de manutenções corretivas, sempre que necessário, para restabelecer rapidamente o funcionamento dos aparelhos de ar condicionado em casos de defeitos, avarias ou falhas operacionais.
- **Elaboração e Implantação do PMOC:** Cumprimento das exigências legais quanto à elaboração e implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) para sistemas de climatização, de acordo com a legislação vigente, para garantir a qualidade do ar interior e o adequado funcionamento dos equipamentos.
- **Registro de Serviços:** Manutenção de registros detalhados de todas as atividades de manutenção (preventiva e corretiva) realizadas, incluindo inspeções, trocas de peças, limpezas e demais informações técnicas relevantes.
- **Equipe Técnica Qualificada:** Execução dos serviços por equipe técnica devidamente capacitada, com comprovação de qualificação profissional habilitante, conforme exigências legais e normativas técnicas pertinentes.
- **Utilização de Materiais e Peças Originais:** Emprego de peças e componentes novos e originais, ou compatíveis, em conformidade com o fabricante dos aparelhos, assegurando a manutenção das garantias e do desempenho operacional.
- **Atendimento a Normas de Segurança:** Observância integral das normas de segurança do trabalho, tanto para a execução dos serviços quanto para proteção dos usuários e do patrimônio da instituição.

- **Garantia da Qualidade e do Desempenho:** Assegurar a qualidade dos serviços prestados por meio de inspeções regulares, testes de funcionamento e verificação das condições ambientais após cada intervenção de manutenção.
- **Eficiência Energética:** Promover práticas que contribuam para a eficiência energética dos sistemas de climatização, evitando desperdícios e otimizando o uso de energia.

Normativos aplicáveis aos itens/serviços

Normativo	Descrição / Finalidade
Lei nº 14.133/2021	Estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública.
Portaria MS nº 3.523/1998	Regulamenta a obrigatoriedade do PMOC para a manutenção da qualidade do ar em ambientes climatizados.
Resolução RE nº 9/2003 - ANVISA	Dispõe sobre padrões de qualidade do ar interior em ambientes climatizados de uso público e coletivo.
Normas ABNT NBR 16401-1, 2 e 3	Normas técnicas relativas a sistemas de ar-condicionado para conforto.
NR 35 e NR 10	Normas relacionadas à segurança no trabalho em altura e em instalações elétricas, respectivamente.

Práticas de Sustentabilidade

- **Sustentabilidade Ambiental:** *Priorização de procedimentos e materiais que minimizem impactos ambientais, como descarte correto de resíduos, reaproveitamento ou reciclagem de peças e uso de fluidos refrigerantes ambientalmente adequados, em conformidade com a legislação vigente.*
- **Sustentabilidade Social:** *Promoção da saúde e do bem-estar dos usuários e trabalhadores, garantindo ambientes com qualidade do ar adequada, além de exigir mão-de-obra qualificada e treinada, contribuindo para a valorização profissional e a geração de empregos locais.*
- **Sustentabilidade Econômica:** *Promoção da eficiência operacional e energética dos sistemas de climatização, reduzindo custos de manutenção corretiva, perdas por falhas e consumo de energia, o que resulta em otimização dos recursos públicos.*

Todos os requisitos destacados acima foram elaborados cuidadosamente para garantir a satisfação da necessidade identificada, sem restringir o caráter competitivo do futuro procedimento licitatório e observando a legislação e os normativos técnicos aplicáveis.

6. Levantamento de Mercado

1 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar condicionado, incluindo a elaboração e implantação do PMOC.

Esta alternativa consiste na contratação de uma empresa especializada no segmento de climatização, responsável pela execução periódica dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em todos os aparelhos de ar condicionado da instituição. Além disso, a empresa é incumbida da elaboração e implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), conforme exigência legal e normas técnicas aplicáveis. O contrato pode abranger equipes técnicas capacitadas, fornecimento de peças e componentes originais ou compatíveis e o correto descarte de resíduos. A prestação dos serviços ocorre de forma contínua e programada, permitindo pronta resposta a eventuais falhas ou avarias, além de garantir um ambiente interno saudável e eficiente, com registros e relatórios de todas as intervenções realizadas. Essa opção é amplamente utilizada no setor público pela compatibilidade com os princípios de economicidade, eficiência, regularidade das atividades institucionais e atendimento pleno às exigências legais e ambientais.

Pontos Positivos:

- Garantia de cumprimento das exigências legais e normativas, incluindo o PMOC
- Maior confiabilidade e eficiência operacional dos sistemas de ar condicionado
- Resposta rápida a falhas e avarias, minimizando impactos nas atividades
- Redução de custos com manutenções emergenciais devido ao planejamento preventivo
- Registro detalhado das intervenções e rastreabilidade das ações

Pontos Negativos:

- Dependência de um único fornecedor para todos os serviços
- Possível aumento de custos caso haja necessidade frequente de reposição de peças
- Risco de descontinuidade dos serviços em caso de rescisão ou problemas contratuais
- Exigência de fiscalização constante para assegurar a qualidade dos serviços prestados
- Eventual dificuldade de ajuste do contrato a mudanças de demanda ou de tecnologia

2 - Treinamento e capacitação da equipe interna para execução das rotinas de manutenção preventiva, com terceirização pontual de serviços corretivos e de elaboração do PMOC.

Nesta alternativa, busca-se capacitar tecnicamente servidores ou colaboradores da instituição para realizar rotinas básicas de manutenção preventiva dos aparelhos de ar condicionado, tais como limpeza de filtros, inspeção visual e testes de funcionamento. A execução das intervenções corretivas (quando há avaria/falha) e a elaboração /implantação do PMOC ficariam sob responsabilidade de empresas especializadas, contratadas apenas quando necessário, por demanda. Essa abordagem tem potencial para redução de custos fixos com contratos contínuos, podendo, porém, limitar o alcance e a eficiência dos serviços de manutenção no médio e longo prazo. Existe risco maior de falhas operacionais e de não atendimento tempestivo às exigências legais, caso haja indisponibilidade de mão de obra interna capacitada ou falhem as contratações pontuais.

Pontos Positivos:

- Redução de custos fixos com contratos contínuos

- Aprimoramento das habilidades técnicas da equipe interna
- Flexibilidade na contratação de serviços externos apenas quando necessário
- Maior controle e acompanhamento das rotinas preventivas pela instituição
- Potencial para resposta imediata em pequenas demandas de manutenção

Pontos Negativos:

- Risco de indisponibilidade ou insuficiência de mão de obra interna qualificada
- Possível atraso no atendimento das exigências legais em caso de falhas operacionais
- Limitação no alcance e eficiência das rotinas de manutenção no médio e longo prazo
- Dependência de terceiros para intervenções corretivas e elaboração do PMOC
- Dificuldade para garantir atualização técnica constante dos servidores capacitados

3 - Aquisição de contrato full service de climatização, incluindo manutenção total (preventiva, corretiva, preditiva), gestão de peças, garantia estendida, monitoramento remoto e implantação do PMOC.

Esta opção prevê a contratação de uma solução completa (full service), na qual a empresa contratada assume toda a gestão dos sistemas de ar condicionado da instituição. Isso inclui manutenção preventiva, corretiva e até preditiva (com uso de sensores e tecnologia de monitoramento remoto), fornecimento de peças, garantia estendida em todos os equipamentos, relatórios automáticos de operação/desempenho e a obrigatória elaboração/execução do PMOC. Essa solução entrega elevados padrões de controle, aumenta a confiabilidade dos sistemas, reduz riscos operacionais e pode trazer ganhos consideráveis de eficiência energética e sustentabilidade. Entretanto, trata-se de uma alternativa usualmente com custo mais elevado e indicada principalmente para ambientes de alta criticidade ou grande porte, o que pode superar as necessidades do escopo institucional específico.

Pontos Positivos:

- Gestão integrada e completa dos sistemas de climatização
- Redução de riscos operacionais por monitoramento remoto e manutenção preditiva
- Aumento da confiabilidade e disponibilidade dos equipamentos
- Possibilidade de ganhos em eficiência energética e sustentabilidade
- Relatórios automáticos e controle rigoroso das atividades realizadas

Pontos Negativos:

- Custo geralmente mais elevado do que outras modalidades de contratação
- Solução pode exceder as necessidades institucionais, gerando superdimensionamento
- Dependência maior do fornecedor para todas as etapas do processo
- Possível dificuldade de personalização em ambientes com características específicas
- Necessidade de rigorosa fiscalização do contrato devido à abrangência das atividades envolvidas

Alternativa Escolhida

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar condicionado, incluindo a elaboração e implantação do PMOC.

Justificativa

A opção escolhida é a contratação de empresa especializada com prestação contínua dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização, aliada à elaboração e implantação do PMOC. Essa alternativa apresenta a melhor relação custo-benefício, atende integralmente à legislação vigente (incluindo as exigências da Portaria MS nº 3.523/1998 e Resolução RE nº 9/2003 - ANVISA), garante regularidade e prontidão na execução de serviços, assegura o registro de todas as intervenções e reduz o risco de ineficiências operacionais, desconforto ou problemas de saúde decorrentes da má qualidade do ar ou do funcionamento inadequado dos equipamentos. Além disso, promove a sustentabilidade ambiental e social ao exigir procedimentos adequados para descarte de resíduos, qualificação da equipe técnica e uso de materiais compatíveis. Trata-se da solução mais equilibrada entre eficiência, segurança, conformidade normativa e competitividade, recomendada para garantir o pleno atendimento das necessidades institucionais em ambientes climatizados.

7. Descrição da solução como um todo

A solução escolhida para atender à necessidade de garantia da adequada climatização dos ambientes internos da instituição é a contratação de uma empresa especializada na prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar condicionado, incluindo a elaboração e implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC). Esta solução foi considerada a mais apropriada para assegurar o funcionamento eficiente e regular dos equipamentos de climatização, garantindo ambientes confortáveis, seguros e saudáveis para colaboradores e usuários, além de preservar os equipamentos, atender à legislação vigente e promover práticas sustentáveis.

Descrição Detalhada da Solução

A contratação de empresa especializada para serviços contínuos de manutenção engloba as seguintes ações e características:

- **Manutenção Preventiva Regular:** Realização periódica de inspeções, limpezas, ajustes e trocas de componentes, seguindo as recomendações dos fabricantes e normas técnicas. Esses procedimentos visam evitar falhas, prolongar a vida útil dos aparelhos e manter o desempenho adequado dos sistemas de ar condicionado.
- **Manutenção Corretiva Sempre que Necessário:** Atendimento imediato a eventuais avarias, defeitos ou falhas operacionais, possibilitando pronta recuperação da funcionalidade dos aparelhos e minimizando riscos de interrupção das atividades institucionais ou de impactos à saúde dos ocupantes.
- **Elaboração e Implantação do PMOC:** Elaboração detalhada do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), de acordo com a legislação (Portaria MS nº 3.523/1998, Resolução RE nº 9/2003 – ANVISA e normas ABNT), garantindo o controle da qualidade do ar interior e o cumprimento de todas as exigências sanitárias e ambientais.
- **Equipe Técnica Qualificada:** Emprego de profissionais devidamente habilitados e treinados para executar todas as atividades, em conformidade com exigências legais e normativas.
- **Fornecimento de Peças Originais ou Compatíveis:** Utilização de peças e componentes novos e adequados, conforme especificações dos fabricantes, assegurando a confiabilidade dos equipamentos e o respeito às garantias.
- **Registro e Relatórios das Atividades:** Manutenção criteriosa de registros detalhados de todas as manutenções, com geração de relatórios técnicos, cronogramas e rastreabilidade das ações.

- **Atendimento às Normas de Segurança:** Observância integral às normas de segurança do trabalho, com proteção aos usuários e ao patrimônio institucional.
- **Promoção da Eficiência Energética:** Aplicação de boas práticas para otimização do consumo energético dos sistemas de climatização, contribuindo para sustentabilidade e redução de custos operacionais.
- **Sustentabilidade Ambiental e Social:** Destinação adequada dos resíduos gerados, promoção da mão de obra qualificada e valorização de práticas ambientalmente responsáveis.

Como a Solução Atende às Necessidades Identificadas

Necessidade Identificada	Atendimento pela Solução Escolhida
Garantia de conforto térmico, saúde e bem-estar dos usuários e colaboradores	A manutenção contínua e o PMOC proporcionam ambientes climatizados de forma regular, evitando desconforto, proliferação de microorganismos e variações extremas de temperatura.
Preservação e eficiência operacional dos equipamentos de climatização	Ações preventivas e corretivas, realizadas por equipe especializada, aumentam a vida útil dos equipamentos, reduzem o número de falhas e promovem desempenho energético otimizado.
Atendimento à legislação e às normas técnicas aplicáveis	A empresa contratada será responsável pela elaboração e implantação do PMOC e pelo cumprimento das normativas (Portaria MS nº 3.523/1998, Resolução RE nº 9/2003 – ANVISA, normas ABNT, NR 10 e NR 35), garantindo conformidade legal.
Controle de qualidade e rastreabilidade das intervenções	Todos os serviços prestados são registrados e relatórios são emitidos, possibilitando o acompanhamento detalhado das ações e maior segurança à instituição.
Promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica	A solução prevê descarte correto de resíduos, uso de fluidos e componentes ambientalmente adequados, qualificação de mão de obra e práticas que otimizam o consumo de energia, gerando economia de recursos e valorização profissional.

Vantagens da Solução e Adequação ao Interesse Público

- **Eficiência e regularidade:** Garante o funcionamento ininterrupto dos sistemas de ar condicionado, sustentando as atividades institucionais e o bem-estar dos usuários.
- **Conformidade normativa:** Cumpre integralmente as exigências legais e técnicas, reduzindo o risco de autuações ou sanções administrativas.
- **Redução de riscos operacionais:** Permite pronta resposta a problemas, diminui períodos de parada e evita danos a equipamentos sensíveis.

- **Racionalidade de custos:** Evita gastos elevados com emergências e prolonga a vida útil dos equipamentos, otimizando os recursos públicos.
- **Transparência e controle:** Possibilita fiscalização efetiva, com documentação detalhada das intervenções realizadas.

Considerações Finais

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, associada à elaboração e implantação do PMOC, foi escolhida por atender de modo abrangente e balanceado todas as necessidades da instituição, promovendo ambientes internos adequados, saudáveis e seguros. Essa solução assegura o cumprimento de todas as obrigações legais, otimiza a gestão dos ativos de climatização e contribui efetivamente para o interesse público, integrando eficiência operacional, sustentabilidade e segurança jurídica.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado	15,00	Mês	R\$ 17.601,18	R\$ 264.017,70

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 264.017,70

O valor total estimado apresentado na tabela refere-se à contratação do objeto deste ETP pelo período de 15 meses.

Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Total Estimado (R\$)
1	Contratação objeto deste ETP	1	264.017,70

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Após análise do objeto da contratação — serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado, incluindo a elaboração e implantação do PMOC — e tendo em vista as exigências dos normativos legais (Lei nº 14.133/2021, inciso VIII do § 1º do art. 18; IN nº 40/2020, art. 7º, IV), é necessário avaliar se há possibilidade e vantagem para o interesse público no parcelamento da contratação. A seguir, são apresentados os fundamentos e a conclusão quanto à divisibilidade do objeto e à forma ideal de contratação.

Possibilidade de Parcelamento do Objeto

O parcelamento da contratação pública é princípio norteador com o objetivo de ampliar a competitividade, permitir a participação de um maior número de fornecedores e buscar economicidade e eficiência no atendimento

aos interesses públicos. Conforme o inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e o inciso IV do art. 7º da IN nº 40/2020, deve-se avaliar se o objeto é divisível, de acordo com características técnicas, padrão de mercado e peculiaridades de comercialização, para então definir se o parcelamento é viável e vantajoso.

Análise da Divisibilidade do Objeto

O objeto desta contratação envolve a prestação de **serviços integrados e contínuos de manutenção preventiva e corretiva** em sistemas de ar condicionado, bem como a obrigatória elaboração e implantação do **PMOC** (Plano de Manutenção, Operação e Controle), atendendo normas sanitárias e ambientais.

- Os principais serviços — manutenção preventiva, manutenção corretiva e PMOC — são complementarmente interdependentes.
- As atividades exigem equipe técnica com qualificação, infraestrutura administrativa, padronização de registros, controle de cronogramas e resposta ágil às demandas.
- O monitoramento contínuo dos equipamentos, o histórico de intervenções e a rastreabilidade das ações favorecem a centralização dos serviços para garantir a integridade dos sistemas e o cumprimento das exigências legais.
- O mercado tradicionalmente oferta esses serviços de forma integrada, ou seja, *manutenção global dos equipamentos da instituição*, incluindo o PMOC, facilitando o controle, a fiscalização e promovendo ganhos de escala (contrato global).
- O fracionamento dos serviços poderia gerar lacunas de responsabilidade, duplicidade de contratos, conflitos entre fornecedores, além de potencial perda de rastreabilidade, eficiência operacional e até descumprimento de obrigações legais de PMOC, que exige coordenação única sobre todos os equipamentos da instituição.

Conclusão sobre o Parcelamento

Não se recomenda o parcelamento do objeto desta contratação, pois:

- O objeto demonstra **inviabilidade técnica e gerencial para divisão por itens ou grupos**, porque os serviços são integrados e dependem de gestão unificada.
- A divisão dos serviços dificultaria o atendimento tempestivo e coordenado das obrigações legais (especialmente a implantação do PMOC), além de impactar negativamente o controle de qualidade e a eficiência operacional.
- No padrão de mercado, a prestação de serviços contínuos de manutenção de sistemas de climatização, com PMOC, é ofertada de modo global, abrangendo toda a instituição.
- **Parcelar o objeto** poderia prejudicar a economicidade (devido à perda de benefícios de escala e administração centralizada), reduzir a atratividade para fornecedores capacitados e aumentar a complexidade da gestão contratual.

Justificativa Técnica para a Contratação Global

Aspecto	Justificativa
Natureza dos serviços	Os serviços são de natureza contínua, integrados e dependentes de acompanhamento sistemático e coordenação única para garantir a regularidade, conformidade legal e eficiência operacional.

Peculiaridades de comercialização	O mercado oferta amplamente a manutenção/gestão de climatização de forma global (contratação única para todo o parque de equipamentos), incluindo PMOC, manutenção preventiva e corretiva.
Risco de fragmentação	Fragmentar em itens/grupos cria riscos de falhas de comunicação, perda de rastreabilidade, sobreposição de responsabilidades e possível descumprimento das normas sanitárias (PMOC).
Interesse público	A centralização da gestão e execução assegura a qualidade do ar, funcionamento ininterrupto dos sistemas e atendimento integral às obrigações legais, garantindo ambientes saudáveis e protegidos ao público alvo.

Síntese e Forma de Execução da Contratação

Considerando todo o exposto, **a forma mais adequada é a contratação global dos serviços**, por lote único, abrangendo todos os equipamentos e serviços relacionados ao gerenciamento da climatização do ambiente institucional.

- **Divisão do objeto:** *Global (contratação por lote único, sem parcelamento por item ou grupo).*
- **Justificativa:** A divisão não seria compatível com as características técnicas, padrão de comercialização e peculiaridades da gestão integrada exigida para o cumprimento das obrigações legais, operacionais e sanitárias da instituição.

Referências Normativas e Fundamentação

- **Lei nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, VIII:** Possibilita o parcelamento, exceto quando não for viável ou não for vantajoso ao interesse público, por razões técnicas, econômicas ou operacionais.
- **IN nº 40/2020, art. 7º, IV:** Determina a análise e justificativa pela não divisão quando o parcelamento não puder ser aplicado.
- **Prática consolidada de mercado:** Serviços de manutenção de climatização com PMOC normalmente são ofertados, contratados e geridos de modo global.

Portanto, a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o PMOC, deve ocorrer de forma global, sem parcelamento do objeto, pela inviabilidade técnica, peculiaridades do serviço contínuo e para assegurar a padronização, a regularidade operacional, a conformidade legal e o melhor interesse público.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No momento, não foram identificadas informações relevantes ou dados aplicáveis para esta etapa do Estudo Técnico Preliminar (ETP). A ausência de conteúdo pode indicar que não há requisitos, restrições, alternativas ou justificativas a serem consideradas neste ponto específico do estudo.

Possíveis Motivos para a Ausência de Informações

- O levantamento realizado não identificou necessidades ou demandas relacionadas ao tema.
- Não foram encontradas alternativas tecnológicas ou soluções disponíveis para análise.
- O contexto atual não exige detalhamento adicional nesta etapa.

Recomendações

- Revisar periodicamente esta etapa para verificar se surgem novas informações relevantes.
- Registrar justificativas para a ausência de dados, caso seja necessário para fins de auditoria ou acompanhamento do processo.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O atendimento à presente demanda está devidamente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, conforme planejamento estratégico da instituição. A inclusão no PCA 2026 demonstra o alinhamento da contratação com as diretrizes institucionais e a previsão orçamentária necessária para sua execução.

Detalhes sobre o PCA 2026

- **Planejamento:** O PCA é um instrumento de gestão que consolida as necessidades de contratação de bens e serviços para o ano, permitindo melhor organização e transparência dos processos.
- **Previsão Orçamentária:** A previsão no PCA garante que os recursos financeiros estejam reservados para a contratação, evitando riscos de falta de orçamento.
- **Alinhamento Estratégico:** A demanda foi analisada e considerada prioritária, estando em conformidade com os objetivos institucionais para 2026.

Ano	Situação no PCA	Observações
2026	Previsto	Demanda alinhada ao planejamento estratégico

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A definição dos resultados esperados para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização, com elaboração e implantação do PMOC, é fundamental para garantir a efetividade, a economicidade e a sustentabilidade da solução adotada pela instituição. Tais resultados devem estar alinhados com o interesse público, com a máxima eficiência dos recursos, o cumprimento das exigências legais e a promoção do bem-estar coletivo. Abaixo, são apresentados esses resultados de forma detalhada, visando subsidiar tanto a avaliação dos processos quanto a criação de indicadores de desempenho, qualidade e eficiência.

Resultados Pretendidos em Termos de Economicidade, Eficiência e Sustentabilidade

• **Melhoria do Conforto Ambiental**

A contratação objetiva garantir condições térmicas adequadas e qualidade do ar nos ambientes internos, promovendo o bem-estar dos usuários e colaboradores e aumentando a produtividade institucional.

- **Redução de Custos Operacionais e Emergenciais**

Com a realização de manutenções preventivas programadas, busca-se minimizar a necessidade de intervenções corretivas e evitar despesas inesperadas com consertos emergenciais ou troca precoce de equipamentos, promovendo o uso racional dos recursos públicos.

- **Prolongamento da Vida Útil dos Equipamentos**

Ações periódicas de manutenção preventiva e corretiva contribuem para preservar e aumentar a durabilidade dos aparelhos de ar condicionado, postergando investimentos em novos equipamentos.

- **Eficiência Energética**

O uso de boas práticas de manutenção, ajustes e limpeza dos sistemas de climatização resulta na otimização do consumo energético, reduzindo o desperdício e gerando economia financeira e ambiental.

- **Conformidade Legal e Redução de Riscos**

O atendimento rigoroso às normas técnicas (PMOC, Portaria MS nº 3.523/1998, Res. RE nº 9/2003-ANVISA, ABNT, NRs) reduz risco de autuações, sanções administrativas e problemas de saúde pública.

- **Promoção da Sustentabilidade Ambiental**

Incentiva o descarte correto de resíduos, o uso de fluidos e componentes ambientalmente adequados e a reciclagem de materiais, minimizando o impacto ambiental das atividades de manutenção.

- **Sustentabilidade Social e Valorização Profissional**

A exigência de equipe técnica qualificada promove a geração de empregos, a capacitação profissional local e a valorização dos trabalhadores envolvidos com a manutenção.

- **Rastreabilidade e Transparência**

Adoção de registros detalhados das intervenções e geração de relatórios técnicos, garantindo controle, fiscalização e auditoria eficiente por parte da Administração.

- **Continuidade e Regularidade dos Serviços**

Prevenção de interrupções nos serviços de climatização, evitando paradas inesperadas que prejudiquem as atividades institucionais e o atendimento público.

- **Promoção de Ambientes Saudáveis e Adequados**

Contribui para a prevenção de doenças respiratórias e outros problemas de saúde, assegurando a qualidade do ar interior em conformidade com padrões técnicos.

Tabela de Resultados Pretendidos, Parâmetros e Possíveis Indicadores

Resultado Pretendido	Parâmetro de Avaliação	Indicador Sugerido
Ambiente climatizado e confortável	Nível de satisfação dos usuários; registros de temperatura e umidade	Índice de satisfação 90%; manutenção das condições ambientais em padrões estipulados
Redução de custos emergenciais	Comparação anual de gastos com manutenção corretiva/emergencial antes e após contratação	Redução 30% nos custos emergenciais em relação ao período anterior

Eficiência operacional dos sistemas	Taxa de indisponibilidade dos equipamentos	Tempo médio de retorno ao funcionamento 8h úteis após falhas notificadas
Prolongamento da vida útil dos equipamentos	Relatórios de ciclo de vida e frequência de substituição de equipamentos	Aumento 20% do tempo médio entre substituições
Conformidade legal e técnica	Inspeções, auditorias, conformidade do PMOC	Zero notificações/autuações relacionadas à climatização
Promoção da sustentabilidade ambiental	Volume de resíduos descartados corretamente, uso de fluidos ecológicos	100% de resíduos descartados conforme legislação
Valorização da mão de obra local e capacitada	Percentual de profissionais certificados e residentes no município/região	100% da equipe técnica certificada e 50% da mão de obra local
Eficiência energética	Consumo de energia dos sistemas de climatização	Redução 15% no consumo energético após ciclo anual de manutenção
Rastreabilidade e controle	Disponibilidade e detalhamento dos registros e relatórios	100% dos serviços registrados e relatórios entregues no prazo contratual

Resumo dos Benefícios Institucionais Esperados

- **Maximização do uso dos recursos públicos** por meio da redução de desperdícios e maior previsibilidade dos gastos.
- **Agilidade na resolução de falhas**, com impactos mínimos sobre as atividades institucionais e usuários.
- **Ambientes mais seguros e saudáveis**, prevenindo doenças e favorecendo a qualidade de vida de todos os ocupantes.
- **Melhoria na imagem institucional** perante órgãos de fiscalização e sociedade, ao demonstrar compromisso com a conformidade, a sustentabilidade e a eficiência administrativa.

Assim, ao estabelecer esses resultados como metas do processo de contratação, cria-se uma base robusta para monitoramento, avaliação de desempenho e gestão dos contratos, alinhando-se às melhores práticas de governança e ao atendimento pleno do interesse público.

14. Providências a serem Adotadas

Antes da formalização do contrato para prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar condicionado, incluindo a elaboração e implantação do PMOC, é fundamental que a Administração adote um conjunto de providências e ações preparatórias. Essas medidas são essenciais para mitigar riscos, garantir a execução contratual adequada, manter a conformidade legal e assegurar que os objetivos definidos no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e demais documentos sejam plenamente alcançados.

Principais Providências Administrativas Pré-Contratuais

O atendimento aos requisitos técnicos, normativos, operacionais e administrativos deve ser precedido pelas seguintes providências, organizadas e detalhadas conforme as melhores práticas e a legislação vigente:

- **1. Levantamento e Padronização dos Equipamentos e Ambientes:** Realizar inventário detalhado de todos os aparelhos de ar condicionado, identificando fabricante, modelo, capacidade, localização, estado atual de funcionamento, datas de instalação e última manutenção conhecida. Padronizar e numerar os equipamentos e ambientes atendidos, facilitando a gestão, a rastreabilidade das intervenções e o controle contratual. Identificar eventuais áreas críticas ou de uso especial (laboratórios, salas de servidores, ambientes de atendimento ao público, etc.) para ajustes prévios ou critérios diferenciados.
- Realizar inventário detalhado de todos os aparelhos de ar condicionado, identificando fabricante, modelo, capacidade, localização, estado atual de funcionamento, datas de instalação e última manutenção conhecida.
- Padronizar e numerar os equipamentos e ambientes atendidos, facilitando a gestão, a rastreabilidade das intervenções e o controle contratual.
- Identificar eventuais áreas críticas ou de uso especial (laboratórios, salas de servidores, ambientes de atendimento ao público, etc.) para ajustes prévios ou critérios diferenciados.
- **2. Avaliação das Condições Atuais de Infraestrutura:** Inspeccionar os pontos de instalação dos aparelhos e sistemas associados (rede elétrica, drenos, lajes, suportes, etc.), apontando necessidades de pequenas intervenções prévias de engenharia civil ou elétrica, que possam ser de responsabilidade da Administração. Providenciar correções em infraestrutura física defeituosa, evitando que problemas estruturais prejudiquem a futura execução do contrato.
- Inspeccionar os pontos de instalação dos aparelhos e sistemas associados (rede elétrica, drenos, lajes, suportes, etc.), apontando necessidades de pequenas intervenções prévias de engenharia civil ou elétrica, que possam ser de responsabilidade da Administração.
- Providenciar correções em infraestrutura física defeituosa, evitando que problemas estruturais prejudiquem a futura execução do contrato.
- **3. Regularização Documental e Registros Técnicos:** *Revisar documentação técnica dos aparelhos*(manuais, certificados, garantia, documentação de compras e instalações anteriores).*Guardar ou atualizar laudos de conformidade elétrica e de riscos ambientais*, úteis durante inspeções ou auditorias. Registrar histórico de manutenções anteriores, para auxílio na fiscalização contratual e definição de padrões mínimos de desempenho.
- *Revisar documentação técnica dos aparelhos*(manuais, certificados, garantia, documentação de compras e instalações anteriores).
- *Guardar ou atualizar laudos de conformidade elétrica e de riscos ambientais*, úteis durante inspeções ou auditorias.

- Registrar histórico de manutenções anteriores, para auxílio na fiscalização contratual e definição de padrões mínimos de desempenho.
- **4. Definição de Responsáveis Técnicos e Administrativos:** Designar formalmente servidores ou equipe para acompanhamento, fiscalização técnica e administrativa do futuro contrato. Capacitar os fiscais e gestores do contrato quanto aos parâmetros de acompanhamento, recebimento dos serviços, conferência de registros e relatórios. Estabelecer rotinas internas de comunicação entre setores envolvidos (administração, patrimônio, manutenção predial, TI, saúde ocupacional, etc.).
- Designar formalmente servidores ou equipe para acompanhamento, fiscalização técnica e administrativa do futuro contrato.
- Capacitar os fiscais e gestores do contrato quanto aos parâmetros de acompanhamento, recebimento dos serviços, conferência de registros e relatórios.
- Estabelecer rotinas internas de comunicação entre setores envolvidos (administração, patrimônio, manutenção predial, TI, saúde ocupacional, etc.).
- **5. Elaboração, Revisão e Divulgação de Termos de Referência e Especificações:** Garantir clareza, precisão, atualização técnica e observância de todos os normativos legais e regulatórios (como Portaria MS 3.523/1998, Resolução RE 9/2003-ANVISA, ABNT e NRs) no instrumento convocatório. Adequar o termo de referência às especificidades de cada tipo/área/equipamento, prevendo critérios e níveis de serviço.
- Garantir clareza, precisão, atualização técnica e observância de todos os normativos legais e regulatórios (como Portaria MS 3.523/1998, Resolução RE 9/2003-ANVISA, ABNT e NRs) no instrumento convocatório.
- Adequar o termo de referência às especificidades de cada tipo/área/equipamento, prevendo critérios e níveis de serviço.
- **6. Planejamento de Intervenções não Contratuais ou Complementares:** Avaliar a necessidade de realizar previamente: Pequenas obras preparatórias (ajustes em rede elétrica, reformas em salas técnicas, readequação de suportes, caixas de dreno, entre outros); Limpeza geral (antecipada) dos ambientes de difícil acesso, antes do início da vigência contratual; Desmobilização de equipamentos fora de operação, já inservíveis, previamente à execução do novo contrato.
- Avaliar a necessidade de realizar previamente: Pequenas obras preparatórias (ajustes em rede elétrica, reformas em salas técnicas, readequação de suportes, caixas de dreno, entre outros); Limpeza geral (antecipada) dos ambientes de difícil acesso, antes do início da vigência contratual; Desmobilização de equipamentos fora de operação, já inservíveis, previamente à execução do novo contrato.
- Pequenas obras preparatórias (ajustes em rede elétrica, reformas em salas técnicas, readequação de suportes, caixas de dreno, entre outros);
- Limpeza geral (antecipada) dos ambientes de difícil acesso, antes do início da vigência contratual;
- Desmobilização de equipamentos fora de operação, já inservíveis, previamente à execução do novo contrato.
- **7. Orientação e Sensibilização dos Usuários:** Orientar os usuários sobre o funcionamento adequado dos sistemas, evitando mau uso durante o contrato futuro. Divulgar procedimentos para comunicação rápida de falhas ou anomalias à equipe fiscalizadora e à empresa contratada.
- Orientar os usuários sobre o funcionamento adequado dos sistemas, evitando mau uso durante o contrato futuro.
- Divulgar procedimentos para comunicação rápida de falhas ou anomalias à equipe fiscalizadora e à empresa contratada.

- **8. Previsão e Reserva Orçamentária:** Garantir a existência de dotação orçamentária específica para suportar as despesas do futuro contrato, conforme requisitos da Lei nº 14.133/2021.Registrar a reserva no sistema financeiro correspondente, evitando atrasos ou entraves à formalização contratual.
- Garantir a existência de dotação orçamentária específica para suportar as despesas do futuro contrato, conforme requisitos da Lei nº 14.133/2021.
- Registrar a reserva no sistema financeiro correspondente, evitando atrasos ou entraves à formalização contratual.
- **9. Publicização, Transparência e Adequação dos Processos:** Assegurar que todas as etapas estejam devidamente documentadas nos sistemas próprios da Administração (Portal Nacional de Contratações Públicas, sistemas internos e outros repositórios eletrônicos oficiais).
- Assegurar que todas as etapas estejam devidamente documentadas nos sistemas próprios da Administração (Portal Nacional de Contratações Públicas, sistemas internos e outros repositórios eletrônicos oficiais).
- **10. Consulta e Atualização de Requisitos Técnicos e Normativos:** Realizar última checagem junto a normativos técnicos atualizados e órgãos de saúde/sustentabilidade, evitando desatualizações contratuais. Consultar entidades externas (Anvisa, órgãos ambientais, de saúde e do trabalho), se necessário, para dirimir dúvidas de interpretação de norma aplicável.
- Realizar última checagem junto a normativos técnicos atualizados e órgãos de saúde/sustentabilidade, evitando desatualizações contratuais.
- Consultar entidades externas (Anvisa, órgãos ambientais, de saúde e do trabalho), se necessário, para dirimir dúvidas de interpretação de norma aplicável.

Resumo das Providências Pré-Contratuais Essenciais

Providência	Descrição/Fundamento	Responsável
Inventário e padronização dos equipamentos	Levantamento detalhado, cadastro e numeração dos aparelhos e ambientes atendidos	Setor de Patrimônio /Infraestrutura
Avaliação das condições físicas e elétricas	Inspeção estrutural/elétrica e execução de reparos emergenciais prévios (se necessário)	Manutenção Predial /Engenharia
Revisão/atualização da documentação técnica	Organização de manuais, garantias, históricos de manutenção	Setor Técnico/Contratos
Capacitação dos gestores e fiscais do contrato	Treinamento para acompanhamento, fiscalização e controle dos serviços	Gestão de Pessoas /Contratos
Definição dos responsáveis técnicos	Designação formal de fiscais e gestores do contrato	Autoridade Máxima /Administração

Elaboração e revisão do Termo de Referência	Redação de especificações técnicas e normativas detalhadas	Área Requisitante /Compras
Ajustes e intervenções físicas prévias	Execução de pequenas obras, reformas ou limpezas emergenciais	Manutenção/Engenharia
Reserva orçamentária	Alocação prévia de recursos financeiros necessários	Setor Orçamentário /Financeiro
Transparência e publicação dos atos	Registro de etapas e publicidade em sistemas oficiais	Setor responsável pelo processo licitatório
Checagem final de requisitos legais e normativos	Revisão dos normativos técnicos, ambientais e de saúde	Assessoria Jurídica /Técnica

Considerações Finais

Ao adotar integralmente as providências acima descritas, a Administração Pública fortalece o planejamento, previne entraves ou falhas de execução, garante a aderência à legislação vigente e potencializa o alcance dos resultados pretendidos com a contratação. Esse conjunto de ações também contribui para transparência, eficiência, controle social e efetiva promoção do interesse público.

Vale ressaltar que o cumprimento sistemático dessas etapas é indispensável para mitigar riscos de execução inadequada, responsabilizações e prejuízos à Administração, sobretudo em contratos de serviços contínuos e estratégicos como os de manutenção de sistemas de climatização em ambientes institucionais.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar condicionado, com elaboração e implantação do PMOC, traz benefícios evidentes para a saúde dos ambientes e eficiência do serviço público, porém, envolve também potenciais impactos ambientais que precisam ser cuidadosamente considerados. A seguir são detalhados os principais impactos ambientais esperados, associados à execução desses serviços, e respectivas medidas mitigadoras (ações de prevenção, contenção e gestão) que devem ser adotadas para garantir a sustentabilidade ambiental, conforme exigência da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos vigentes.

1. Geração de Resíduos Sólidos

Durante as manutenções, há geração de resíduos como filtros usados, embalagens, peças substituídas, componentes eletrônicos, plásticos e metais. O descarte incorreto pode contaminar solos, corpos d'água, fauna e flora.

- **Medidas Mitigadoras:** *Segregação adequada:* Separação de resíduos recicláveis, perigosos e orgânicos. *Descarte ambientalmente correto:* Destinação de resíduos para empresa licenciada, em conformidade com a

legislação ambiental e municipal. *Reaproveitamento ou reciclagem*: Envio de materiais recicláveis para cooperativas ou empresas de reciclagem autorizadas. *Registro de destinação*: Manutenção de registros /documentos sobre o fluxo e destinação final dos resíduos, facilitando fiscalização.

- *Segregação adequada*: Separação de resíduos recicláveis, perigosos e orgânicos.
- *Descarte ambientalmente correto*: Destinação de resíduos para empresa licenciada, em conformidade com a legislação ambiental e municipal.
- *Reaproveitamento ou reciclagem*: Envio de materiais recicláveis para cooperativas ou empresas de reciclagem autorizadas.
- *Registro de destinação*: Manutenção de registros/documentos sobre o fluxo e destinação final dos resíduos, facilitando fiscalização.

2. Manipulação e Vazamento de Fluidos Refrigerantes

Os fluidos refrigerantes usados nos equipamentos podem ser prejudiciais à camada de ozônio (ex: HCFCs) ou contribuir para o efeito estufa (ex: HFCs). Vazamentos acidentais durante a manutenção ou remoção inadequada dos aparelhos constituem sério risco ambiental.

- **Medidas Mitigadoras:** *Uso de fluidos regulamentados*: Priorizar a utilização de fluidos refrigerantes ecológicos, com baixo potencial de aquecimento global (PAG) e sem ação deletéria sobre a camada de ozônio (por exemplo, R-410A ou outros homologados). *Manuseio adequado por equipe habilitada*: Exigir mão de obra devidamente treinada e certificada para manuseio de substâncias químicas e fluidos refrigerantes. *Recuperação e reciclagem de gases*: Emprego de equipamentos apropriados para a recuperação, armazenamento e transporte de gases retirados, para evitar emissões à atmosfera. *Plano de contingência para vazamentos*: Definir procedimentos imediatos em caso de acidentes, vazamentos ou necessidade de destinação de gás residual, com comunicação a órgãos ambientais quando aplicável. *Registro de quantidade de fluidos usados/retirados*: Controle rigoroso dos volumes trocados e destino dado aos fluidos retirados.
- *Uso de fluidos regulamentados*: Priorizar a utilização de fluidos refrigerantes ecológicos, com baixo potencial de aquecimento global (PAG) e sem ação deletéria sobre a camada de ozônio (por exemplo, R-410A ou outros homologados).
- *Manuseio adequado por equipe habilitada*: Exigir mão de obra devidamente treinada e certificada para manuseio de substâncias químicas e fluidos refrigerantes.
- *Recuperação e reciclagem de gases*: Emprego de equipamentos apropriados para a recuperação, armazenamento e transporte de gases retirados, para evitar emissões à atmosfera.
- *Plano de contingência para vazamentos*: Definir procedimentos imediatos em caso de acidentes, vazamentos ou necessidade de destinação de gás residual, com comunicação a órgãos ambientais quando aplicável.
- *Registro de quantidade de fluidos usados/retirados*: Controle rigoroso dos volumes trocados e destino dado aos fluidos retirados.

3. Consumo Excessivo de Energia

Sistemas de ar condicionado são notórios consumidores de energia. Operação ineficiente ou falta de manutenção pode elevar o consumo, pressionando matrizes energéticas e elevando emissões de gases de efeito estufa.

- **Medidas Mitigadoras:** *Manutenção preventiva periódica*: Limpeza regular de filtros, serpentinas e ajustes reduzem o consumo energético. *Orientação do uso racional*: Capacitar usuários para evitar uso abusivo, manter portas e janelas fechadas e ajustar a temperatura de modo eficiente. *Substituição por modelos mais eficientes*:

Sempre que viável, promover a troca de equipamentos antigos por aparelhos com selo de eficiência ENCE (PROCEL/INMETRO). *Monitoramento do consumo:* Adoção de indicadores e sistemas de controle para acompanhamento do consumo energético e tomada de decisões estratégicas.

- *Manutenção preventiva periódica:* Limpeza regular de filtros, serpentinas e ajustes reduzem o consumo energético.
- *Orientação do uso racional:* Capacitar usuários para evitar uso abusivo, manter portas e janelas fechadas e ajustar a temperatura de modo eficiente.
- *Substituição por modelos mais eficientes:* Sempre que viável, promover a troca de equipamentos antigos por aparelhos com selo de eficiência ENCE (PROCEL/INMETRO).
- *Monitoramento do consumo:* Adoção de indicadores e sistemas de controle para acompanhamento do consumo energético e tomada de decisões estratégicas.

4. Poluição do Ar Interior e Riscos à Saúde

O acúmulo de particulados, fungos e poeira nos sistemas de climatização pode deteriorar a qualidade do ar interior, prejudicando a saúde dos usuários e podendo ter reflexos ambientais caso haja propagação de fungos ou microorganismos resistentes.

- **Medidas Mitigadoras:** *Execução rigorosa do PMOC:* Seguir à risca as determinações do Plano de Manutenção, Operação e Controle para higienização periódica dos sistemas. *Troca regular de filtros:* Respeitar os períodos recomendados para substituição e limpeza de filtros e componentes, impedindo proliferação de agentes patogênicos. *Treinamento da equipe e orientação aos usuários:* Capacitar para identificar sinais de deterioração da qualidade do ar e comunicar imediatamente eventuais anomalias. *Monitoramento contínuo dos parâmetros ambientais:* Realizar avaliações regulares dos níveis de CO₂, umidade e partículas em suspensão.
- *Execução rigorosa do PMOC:* Seguir à risca as determinações do Plano de Manutenção, Operação e Controle para higienização periódica dos sistemas.
- *Troca regular de filtros:* Respeitar os períodos recomendados para substituição e limpeza de filtros e componentes, impedindo proliferação de agentes patogênicos.
- *Treinamento da equipe e orientação aos usuários:* Capacitar para identificar sinais de deterioração da qualidade do ar e comunicar imediatamente eventuais anomalias.
- *Monitoramento contínuo dos parâmetros ambientais :* Realizar avaliações regulares dos níveis de CO₂, umidade e partículas em suspensão.

5. Emissão de Resíduos Líquidos

No processo de limpeza de serpentinas e outros componentes, pode ocorrer geração de resíduos líquidos contaminados por óleos, graxas, produtos de limpeza ou fluidos refrigerantes, com potencial de poluição de solos e águas.

- **Medidas Mitigadoras:** *Uso de produtos biodegradáveis:* Priorizar soluções de limpeza ambientalmente corretas, isentas de solventes tóxicos ou poluentes de alto impacto. *Coleta de resíduos líquidos:* Proceder à coleta e armazenamento apropriado dos resíduos líquidos para destinação correta. *Proibição de descarte em sistemas de drenagem sem tratamento:* Garantir que resíduos líquidos não sejam lançados em pias, ralos ou redes de drenagem comuns. *Treinamento específico para manuseio e descarte seguro:* Orientar a equipe sobre práticas de manipulação e rotinas para evitar acidentes e vazamentos.

- *Uso de produtos biodegradáveis:* Priorizar soluções de limpeza ambientalmente corretas, isentas de solventes tóxicos ou poluentes de alto impacto.
- *Coleta de resíduos líquidos:* Proceder à coleta e armazenamento apropriado dos resíduos líquidos para destinação correta.
- *Proibição de descarte em sistemas de drenagem sem tratamento:* Garantir que resíduos líquidos não sejam lançados em pias, ralos ou redes de drenagem comuns.
- *Treinamento específico para manuseio e descarte seguro:* Orientar a equipe sobre práticas de manipulação e rotinas para evitar acidentes e vazamentos.

6. Ruído e Impacto sobre a Fauna Urbana

Eventuais intervenções com uso de ferramentas elétricas ou teste de compressores podem provocar ruídos, impactando ambientes sensíveis e fauna urbana (ex: aves aninhadas em forros, morcegos, etc.).

- **Medidas Mitigadoras:** *Programação de manutenções em horários de baixo impacto:* Preferência por horários em que a fauna e o público sejam minimamente afetados. *Limitação de exposição a ruídos:* Utilização de equipamentos com baixa emissão sonora e métodos que reduzam ruídos sempre que possível. *Monitoramento de ocorrência de fauna local:* Registro de ocorrência de fauna urbana ao redor das instalações e respeito às normas ambientais sobre interferência em ninhos e habitats.
- *Programação de manutenções em horários de baixo impacto:* Preferência por horários em que a fauna e o público sejam minimamente afetados.
- *Limitação de exposição a ruídos:* Utilização de equipamentos com baixa emissão sonora e métodos que reduzam ruídos sempre que possível.
- *Monitoramento de ocorrência de fauna local:* Registro de ocorrência de fauna urbana ao redor das instalações e respeito às normas ambientais sobre interferência em ninhos e habitats.

7. Consumo de Materiais e Recursos Naturais

A aquisição de novas peças, substituição de componentes e limpeza constante implicam consumo de recursos naturais e matérias-primas (plásticos, metais, etc.).

- **Medidas Mitigadoras:** *Adoção de peças recicladas ou com menor impacto ambiental :*Sempre que compatível, escolher componentes com certificação de sustentabilidade e reciclagem. *Racionalização do consumo:* Evitar trocas desnecessárias e privilegiar o reaproveitamento controlado quando tecnicamente seguro. *Gestão de estoques:* Controle consciente sobre compras e utilização de materiais para evitar desperdício e envelhecimento em estoque.
- *Adoção de peças recicladas ou com menor impacto ambiental:* Sempre que compatível, escolher componentes com certificação de sustentabilidade e reciclagem.
- *Racionalização do consumo:* Evitar trocas desnecessárias e privilegiar o reaproveitamento controlado quando tecnicamente seguro.
- *Gestão de estoques:* Controle consciente sobre compras e utilização de materiais para evitar desperdício e envelhecimento em estoque.

Tabela Resumo dos Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

--	--

Impacto Ambiental	Medidas Mitigadoras / Ações de Prevenção
Geração de resíduos sólidos (peças, filtros, embalagens)	Segregação e destinação ambientalmente correta; Reciclagem e reaproveitamento sempre que possível; Fornecimento de comprovantes de descarte
Manipulação e vazamento de fluidos refrigerantes	Uso de fluidos ecológicos e regulamentados; Equipe treinada e habilitada; Recuperação e reciclagem dos gases; Plano de contingência para acidentes/vazamentos
Consumo elevado de energia	Manutenção preventiva adequada; Uso racional pelos ocupantes; Monitoramento do consumo; Substituição por modelos eficientes
Poluição do ar interior	Execução do PMOC e limpeza regular; Troca de filtros no prazo; Monitoramento dos parâmetros ambientais; Capacitação da equipe e orientação a usuários
Emissão de resíduos líquidos (lavagem, higienização)	Uso de produtos biodegradáveis; Coleta e destinação adequada dos resíduos; Proibição de descarte em drenagem comum
Ruído e impacto sobre fauna urbana	Execução em horários de baixo impacto; Priorizar equipamentos silenciosos; Respeito à fauna local e normas ambientais
Consumo de materiais e recursos naturais	Uso racional de peças e componentes; Priorizar materiais certificados/reciclados; Gestão de estoques e compras conscientes

Considerações Finais sobre Prevenção e Contingência Ambiental

Em síntese, a execução sustentável da contratação depende do rigor no cumprimento das **ações preventivas, práticas de gestão de resíduos e treinamentos adequados**, fiscalizados pela Administração e exigidos da contratada. A adoção destas medidas evita passivos ambientais, reduz riscos de sanções legais e potencializa o alinhamento do serviço à dimensão ambiental da sustentabilidade, em consonância com o interesse público e as legislações vigentes

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Sim, a contratação é viável, pois foi conduzida uma análise criteriosa dos requisitos técnicos, soluções disponíveis no mercado e estimativas de custos. A solução identificada atende plenamente às necessidades operacionais e estratégicas, garantindo alta disponibilidade dos serviços essenciais. Além disso, a previsão orçamentária confirma a compatibilidade financeira da contratação, assegurando transparência e eficiência no processo de aquisição.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELENI OLIVEIRA LUZ DOS ANJOS

Requisitante

GABRIELA DO NASCIMENTO RODRIGUES

Requisitante

RAMON HENRIQUE BENVINDO DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 16:26:16.

ESP-FUND.INST. TERRAS JOSE G. DA SILVA ITESP

Termo de Referência 11/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2026	131101-ESP-FUND.INST. TERRAS JOSE G. DA SILVA ITESP	SARA SOARES COUTINHO	28/04/2026 14:14 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	70/2026	163.00000766/2026-97

1. Do Objeto.

TERMO DE REFERÊNCIA

FUNDAÇÃO ITESP

(Processo Administrativo nº 163.00000766/2026-97)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado para a sede da Fundação ITESP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	ITEM BEC	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado	3492	219479	Mês	15	R\$17.601,18	R\$ 264.017,70

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **serviços comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses, contados do(a) data estabelecida na Ordem de Início de Serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Garantia da contratação

4.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.2. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

*I - **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;*

*II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;*

*III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;*

*IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;*

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.2.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.3. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h00 (oito) horas às 16h00 (dezesesseis) horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a contar da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos serviços: em conformidade com o Anexo I-A: Especificações Técnicas

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 554 – Bela Vista – São Paulo/SP

Especificação da garantia do serviço

5.3. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.4. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de

cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez)** dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará **a periodicidade mensal**, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6.4. *O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.*

7.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.8.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.17. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.23.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. *O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será *empreitada por preço unitário*.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. ***Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. ***Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;*

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. ***Sociedade cooperativa:** se permitida a participação de cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;*

8.12. *Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.*

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas *ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;*

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital *[quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e,]* nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. *O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.*

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate *de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou* de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.24. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;*

8.24.1. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;*

8.25. *Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional no conselho de classe: CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CRT (Conselho Regional de Técnicos Industriais) em plena validade;*

8.25.1. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;*

8.26. *Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;*

8.26.1. *Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):*

8.26.1.1. *Serviços de manutenção preventivas de aparelhos de ar condicionados, com comprovação mínima de 50% do objeto licitado;*

8.26.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;*

8.26.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;*

8.26.4. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;*

Qualificação Técnico-Profissional

8.27. *Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicado(s):*

a) *Responsável Técnico: profissional legalmente habilitado com o registro no conselho de classe competente (CREA/CRT), detentor de competência legal para assinatura do PMOC.*

8.27.1. *O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021);*

8.27.2. *Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado;*

8.27.3. *Deve o licitante apresentar relação dos compromissos assumidos que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico indicado na subdivisão anterior;*

8.27.4. *Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.*

Outras comprovações

8.28. *Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:*

a) *cumprir as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;*

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.29. *Tratando-se de consórcio:*

8.29.1. *Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:*

- a) *Designação do consórcio e sua composição;*
- b) *Finalidade do consórcio;*
- c) *Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*
- d) *Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*
- e) *Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*
- f) *Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*
- g) *Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;*
- h) *Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;*

8.29.2. *O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;*

8.29.3. *Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;*

8.29.4. *A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.*

8.30. *Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:*

8.30.1. *A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;*

8.30.2. *A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;*

8.30.3. *Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;*

8.30.4. *Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;*

8.30.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.30.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ R\$ 264.017,70 (duzentos e sessenta e quatro mil, dezessete reais e setenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade:131101;

Fonte de Recursos: 1500100001;

Programa de Trabalho: 2112213204390000;

Elemento de Despesa: 339039;

Plano Interno: 0100.;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, na data da assinatura digital

Eleni Oliveira Luz dos Anjos

Supervisora

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Ramon Henrique Benvindo da Silva

Diretor Adjunto Interino

Autoridade Competente

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

Despacho: Supervisora - Grupo de Serviços Gerais

ELENI OLIVEIRA LUZ DOS ANJOS

Requisitante

Despacho: Diretor Adjunto

RAMON HENRIQUE BENVINDO DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 14:14:57.

Despacho: Gerente Administrativa

GABRIELA DO NASCIMENTO RODRIGUES

Requisitante

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Especificacao tecnica - Manutencao preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionados.pdf (184.69 KB)

Governo do Estado de São Paulo
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva
Grupo de Licitações e Contratos - DA

DESPACHO

Nº do Processo: 163.00000766/2026-97

Interessado: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ITESP

Assunto: Processo de contratação de manutenção corretiva e Preventiva de ar condicionado

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO E IMPLEMENTAÇÃO DE PMOC

1. OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente documento estabelece as especificações técnicas para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo instalação e desinstalação de sistemas de climatização, bem como a elaboração e implantação do PMOC.

1.2. A contratação compreende o fornecimento de mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos e insumos necessários para garantir a eficiência energética, a segurança operacional e a qualidade do ar interior.

1.3. A execução contratual submeter-se-á, de forma imperativa, à **Lei nº 14.133/2021** (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e à **Lei nº 13.589/2018** (Lei do PMOC), observando rigorosamente a Portaria MS nº 3.523/1998, a norma ABNT NBR 17037:2023 e demais legislações aplicáveis.

2. DEFINIÇÕES TÉCNICAS

Para fins de padronização e fiscalização, adotam-se as seguintes definições:

- **CONTRATANTE:** Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" (ITESP).

- **CONTRATADA:** Empresa adjudicatária responsável pela execução integral dos serviços e fornecimento de materiais.

- **FISCALIZAÇÃO:** Agentes designados pela Contratante para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços.

- **RESPONSÁVEL TÉCNICO:** Profissional legalmente habilitado, com registro ativo e regular no conselho de classe (CREA/CAU/CRT), detentor de competência legal para a assinatura do PMOC.

- **PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle):** Documento técnico que estipula os procedimentos, periodicidade e registros das atividades de manutenção e controle dos sistemas.

- **AVAC:** Sistemas de Aquecimento, Ventilação Mecânica e Ar Condicionado.

- **ABNT:** Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços serão executados no prédio sede da Fundação ITESP, localizado na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 554 – Bela Vista – São Paulo/SP – CEP: 01318-000.

3.2. Nos casos em que houver necessidade de remoção para oficina da Contratada, deverá haver autorização prévia, com anotação em formulário apropriado, contendo as informações dos equipamentos, bem como sua autorização.

3.3. As remoções dos aparelhos deverão ser feitas de modo a manter o local sempre limpo e desimpedido.

3.4. Todos os serviços de retiradas e remoções serão executados adotando-se as normas de segurança previstas na legislação em vigor, de forma a evitar danos a terceiros, aos equipamentos, bens da Contratante e garantir a segurança de seus funcionários.

4. DISPONIBILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZOS INICIAIS

4.1. A Contratada deverá assumir os equipamentos e sistemas no estado em que se encontram, sem ônus adicional para a Administração. No prazo improrrogável de **15 (quinze) dias úteis** da vigência do contrato, deverão ser entregues:

PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle: Elaborado e assinado pelo Responsável Técnico devidamente habilitado e autorizado.

ART/CRT: Anotação ou Certidão de Responsabilidade Técnica registrada no conselho de classe, devendo cobrir integralmente o objeto e todo o período de vigência contratual.

Relatório de Levantamento Inicial: Laudo detalhado das condições de todos os equipamentos, instalações, suportes e estruturas.

4.2. **Regra de Conformidade Inicial:** Todas as correções e irregularidades identificadas no Relatório de Levantamento Inicial deverão ser obrigatoriamente sanadas pela Contratada por ocasião da execução da **primeira manutenção preventiva**.

5. EQUIPE TÉCNICA E SUPERVISÃO

5.1. **Supervisão Técnica:** Exercida pelo Responsável Técnico da Contratada, com realização de **pelo menos uma visita semestral ou sempre que solicitada**. As atribuições do supervisor incluem a elaboração de pareceres de diagnóstico geral, orientação técnica às equipes e apoio técnico imediato à Fiscalização.

5.2. **Conduta e Identificação:** É obrigatório o uso de uniforme completo e crachá visível. A Contratada deve garantir o cumprimento rigoroso das normas de segurança (NR-18 e EPIs). Sob pena de sanção, a Contratante poderá exigir a substituição imediata de qualquer profissional por insuficiência técnica ou conduta inadequada.

6. ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E SERVIÇOS ACESSÓRIOS

6.1. A manutenção preventiva engloba inspeção, limpeza, lubrificação, testes elétricos/mecânicos e medições de desempenho. Os intervalos máximos permitidos são:

Periodicidade	Intervalo Mínimo	Intervalo Máximo
Mensal	25 dias	35 dias
Trimestral	80 dias	100 dias

Semestral	160 dias	200 dias
Anual	335 dias	365 dias

6.2 As visitas técnicas deverão ser previamente agendadas junto ao gestor do contrato.

6.2. **Serviços técnicos mínimos abrangidos pela manutenção corretiva:**

- Inspeção, Limpeza e Lubrificação Gerais dos equipamentos e de seus componentes.
- Manutenção Geral (mecânica, elétrica e eletrônica) dos equipamentos e de seus componentes;
- Mudança de posição de termostatos, controladores e sensores no mesmo pavimento para otimização do sistema.
- Conferência e reposição do gás refrigerante e de outros tipos de gases, de modo a garantir a carga térmica necessária ao rendimento otimizado dos equipamentos.
- Leitura de todas as grandezas elétricas, mecânicas e de temperaturas necessárias para se caracterizar o bom ou mau funcionamento dos equipamentos.
- Medição de vazão e velocidade do ar nos difusores e saídas de equipamentos sempre que solicitado.
- Teste mensal obrigatório de dispositivos de reserva (bombas, registros e chaves elétricas).

6.3 Deverá ser realizado o preenchimento do PMOC, que servirá de base para o relatório de execução dos serviços. O documento deverá ser assinado pelo técnico da contratada que realizará a visita, bem como as atividades nele descritas, devendo ser entregue juntamente com a Nota Fiscal/ Fatura do mês.

7. MANUTENÇÃO CORRETIVA E NÍVEIS DE SERVIÇO

7.1. Os serviços de manutenção corretiva serão realizados sempre que necessário e a qualquer tempo, inclusive durante a realização do ciclo preventivo, quando a Contratada poderá identificar e gerar abertura de demanda corretiva.

7.2 O prazo para início do atendimento corretivo conta-se a partir da abertura do chamado:

Prioridade	Prazo Máximo de Atendimento
Nível I (Emergencial)	24 Horas
Nível II (Comprometimento Parcial)	72 Horas
Nível III (Rotina/Sem Impacto)	05 Dias Úteis

7.2. **Situações de Emergência (Nível I):** Caracterizam-se por risco iminente de acidentes; risco ambiental; parada geral do sistema; perda de mais de 30% da capacidade funcional ou falha em sistemas que atendem diretamente servidores/áreas críticas.

7.3. **Situações de Comprometimento Parcial (Nível II):** Ocorrências que comprometem parcialmente o funcionamento da Unidade, e que poderão vir a agravar em um curto espaço de tempo.

7.4. **Situações de Rotina/ Sem Impacto (Nível III):** Ocorrências que não comprometem o funcionamento da Unidade.

7.5. Os prazos acima estabelecidos poderão ser alterados por justificativa técnica aceita pela fiscalização do contrato.

8. REGRAMENTO DE PEÇAS, INSUMOS E ÔNUS FINANCEIRO

8.1. **Mão de Obra:** O valor global mensal inclui a mão de obra para substituição de **qualquer componente**, independentemente do porte.

8.2. Insumos e Peças sob Ônus Integral da Contratada:

Elétricos e Sensores	Insumos de Consumo e Solda	Vedação, Limpeza e Filtros
Capacitores, relês e contadores	Gás refrigerante (R-22, R-410A)	Filtros de ar (incluindo G-4)
Fusíveis, disjuntores e terminais	Vareta foscoper e fluxos	Espumas e massas de vedação
Sensores de temperatura e displays	Oxigênio, nitrogênio e acetileno	Fitas, isolantes térmicos e juntas
Termostatos e auxiliares de partida	Óleos para compressores e filtros	Materiais anticorrosão (zarcão, lixa, tinta)
Fios, botões e presilhas	Solventes, selantes, colas e silicone	Materiais de limpeza técnica e estopas

8.4. **Recarga de Gás:** A reposição normal de gás é ônus da Contratada.

8.5. **Qualidade:** Proibido o uso de materiais reconicionados. Todas as peças devem ser novas e originais, com garantia mínima de **90 dias**.

8.6. **Peças de Grande Porte:** Itens de grande vulto, não listados acima, serão fornecidos pela Contratante. Para tanto, a Contratada deverá apresentar orçamento prévio detalhado em até 48 horas após o diagnóstico, contendo as possíveis causas e opções de soluções dos problemas, contendo o quantitativo, referências e demais especificações necessárias.

9. INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REMOÇÃO

9.1. Os serviços de instalação/desinstalação incluem o fornecimento de tubulações, suportes, vedações, carga de gás e fixadores.

9.2. **Responsabilidade Patrimonial:** A Contratada é integralmente responsável por danos causados às instalações. É dever impreterível da Contratada a **limpeza imediata da área e a remoção de todo e qualquer entulho** resultante dos serviços após a conclusão.

10. RELATÓRIOS MENSAIS E FISCALIZAÇÃO

10.1. O faturamento mensal é condicionado à apresentação de Relatório Técnico individualizado por equipamento, assinado pelo Responsável Técnico, contendo: descrição dos serviços, medições termoeletricas, lista de peças aplicadas e Parecer de Diagnóstico Geral sobre a situação consolidada da unidade.

10.2. O gestor e fiscais do contrato possuem autoridade plena para rejeitar serviços imperfeitos, que deverão ser refeitos às expensas da Contratada sob pena de sanções contratuais.

Elaborado por:
Eleni Oliveira Luz dos Anjos
Supervisora – Grupo de Serviços Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Eleni Oliveira Luz Dos Anjos, Auxiliar de Gestão Organizacional R1**, em 17/03/2026, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0101325055** e o código CRC **590B4D96**.

FUNDAÇÃO ITESP

(Processo Administrativo nº 163.00000766/2026-97)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO
ENTRE A FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO
DE SÃO PAULO "JOSÉ GOMES DA SILVA" E

A FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "JOSÉ GOMES DA SILVA", com sede na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 554, na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.598.715/0001-86, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº, de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de, [portador(a) da identificação funcional nº/inscrito(a) no CPF sob o nº (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 163.00000766/2026-97 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../..., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços *de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado para a sede da Fundação ITESP*, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ITEM BEC	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		219479	MÊS	15		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de *empreitada por preço unitário*.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses, contados do(a) Ordem de Início de Serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.*

2.1.2. *Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:*

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;*
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

2.1.3. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.*

2.1.4. *Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.*

2.1.6. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

2.1.7. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:*

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. *Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).*

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. *Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 18/03/2026.*

7.2. *É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.3. *No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.4. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.5. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.6. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.7. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.8. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **01 (um) mês** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **01 (um) mês**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*
- 8.1.12. *Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;*
- 8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou

representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. *A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, no valor de R\$ _____, correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do art. 98 do referido diploma legal.*

11.2. *A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.*

11.3. *Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:*

11.3.1. *A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

11.3.2. *O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

11.3.3. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

11.4. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

11.5. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*

11.5.1. *prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;*

11.5.2. *multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e*

11.5.3. *obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.*

11.6. *Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:*

- 11.6.1. *Caso fortuito ou força maior;*
- 11.6.2. *Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;*
- 11.6.3. *Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.*
- 11.7. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros.*
- 11.8. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.*
- 11.9. *O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*
- 11.9.1. *O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).*
- 11.9.2. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.*
- 11.10. *A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.*
- 11.11. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.*
- 11.12. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*
- 11.13. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.*
- 11.14. *O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.*
- 11.15. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas "b", "c" e "d" da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

- iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº](#)

12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021, *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa)*.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

- 13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. *Gestão/Unidade:*

II. *Fonte de Recursos:*

III. *Programa de Trabalho:*

IV. *Elemento de Despesa:*

V. *Plano Interno:*

VI. *Nota de Empenho:*

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO